

MINISTÉRIO DA
INTEGRAÇÃO NACIONAL



**Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
Exercício 2017**

Elaborado pela Coordenação de Contabilidade

**Equipe Técnica
Leonizia Virgolino Ramos
Cassiane Maria Gonçalves Seixas
Romulo de Sousa Monteiro
Renato Silvio de Oliveira**

Brasília, abril de 2018



**Ministério da Integração Nacional
Secretaria Executiva
Departamento de Gestão Estratégica
Coordenação de Contabilidade**

**Notas Explicativas sobre as Demonstrações Contábeis do Ministério da Integração Nacional –
4º trimestre de 2017**

1) Contexto Operacional - Apresentação

O Ministério da Integração Nacional (MI), conforme disposto na Medida Provisória n.º 103, de 1º de janeiro de 2003, convertida na Lei n.º 10.683, de 28 de maio de 2003, tem a sua atual estrutura regimental aprovada pelo Decreto n.º 8.980 de 1 de fevereiro de 2017, que estabelece as seguintes competências para a instituição:

- Formulação e condução da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR;
- Formulação dos planos e programas regionais de desenvolvimento;
- Estabelecimento de estratégias de integração das economias regionais;
- Estabelecimento das diretrizes e prioridades na aplicação dos recursos dos programas de financiamento de que trata a alínea "c" do inciso I do art. 159 da Constituição Federal;
- Estabelecimento das diretrizes e prioridades na aplicação dos recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste;
- Estabelecimento de normas para cumprimento dos programas de financiamento dos fundos constitucionais e das programações orçamentárias dos fundos de investimentos regionais;
- Acompanhamento e avaliação dos programas integrados de desenvolvimento nacional;
- Proteção e defesa civil;
- Obras contra as secas e de infraestrutura hídrica;
- Formulação e condução da política nacional de irrigação;
- Ordenação territorial; e
- Obras públicas em faixas de fronteiras.

Missão do Ministério da Integração Nacional, constante em seu Mapa Estratégico: reduzir as desigualdades regionais promovendo o desenvolvimento econômico e socialmente inclusivo e conduzir nacionalmente as políticas de proteção e defesa civil, segurança hídrica e irrigação.

Visão de Futuro: Ser reconhecido, em nível nacional, até 2019, como instituição formuladora e organizadora das políticas de Proteção e Defesa Civil, Segurança Hídrica, Irrigação e Desenvolvimento Regional.

Seu Regimento Interno foi revisado conforme Portaria MI nº 280, de 06 de junho de 2017, retificada por meio da Portaria MI nº 487, de 28 de setembro de 2017, a qual ajustou as competências da Coordenação de Contabilidade.

A Administração Direta do Ministério apresenta execução realizada pelas seguintes Unidades Gestoras: Administração Geral; Orçamento e Finanças; Secretaria Nacional de Defesa Civil/SE-DEC; Secretaria de Infraestrutura Hídrica/SIH (incluindo Projetos Proágua Semi-árido e Nacional); Secretaria de Desenvolvimento Regional/SDR; Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais e Projeto Interáguas.

Em relação à Administração Indireta, o Ministério da Integração Nacional tem a ele vinculados, por força do Decreto nº 3.131, de 09 de agosto de 1999, o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) e as Superintendências do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Essas duas autarquias, por sua vez, foram extintas com a criação das Agências de Desenvolvimento do Nordeste (Adene) e da Amazônia (ADA), pela Medida Provisória nº 2.145, de 2 de maio de 2001, que cria, também, os Fundos de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e do Nordeste (FDNE) em substituição aos Fundos de Investimentos Regionais.

Em 3 de janeiro de 2007, mediante as Leis Complementares nº 124 e 125, são recriadas, respectivamente, a Sudam e Sudene e os Conselhos Deliberativos passam a fazer parte da estrutura das Superintendências. Em 28 de agosto de 2007, mediante Decretos nº 6.198, de 28 de agosto de 2007 e 6.199, são extintas, respectivamente, as Agências de Desenvolvimento do Nordeste (Adene) e da Amazônia (ADA).

Em 8 de janeiro de 2009, foi criada a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), por meio da Lei Complementar nº 129, que vinculou a autarquia ao Ministério e teve sua estrutura regimental aprovada pelo Decreto nº 7.471, de 04 de maio de 2011.

São também vinculados ao Ministério da Integração Nacional os Fundos Constitucionais do Centro-Oeste (FCO), do Nordeste (FNE) e do Norte (FNO) em virtude da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamentou o artigo 159, inciso I, alínea “c” da Constituição da República Federativa do Brasil.

Investimentos		22.588.679,97	22.712.221,09	Patrimônio Social e Capital Social		2.208.056.411,57	40.128.672,70
Participações Permanentes		22.588.679,97	22.712.221,09	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)		480.247.497,84	-
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial		22.555.352,30	22.678.893,42	Reservas de Lucros		-	-
Participações Avaliadas pelo Método de Custo		33.327,67	33.327,67	Demais Reservas		197.535,92	199.511,60
Propriedades para Investimento		-	-	Resultados Acumulados		152.394.330.475,27	157.729.252.841,17
Propriedades para Investimento		-	-	Resultado do Exercício		14.989.708.186,37	18.588.576.215,66
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos		-	-	Resultados de Exercícios Anteriores		157.729.254.816,85	143.313.428.607,29
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos		-	-	Ajustes de Exercícios Anteriores		-20.324.632.527,95	-4.172.751.981,78
Investimentos do RPSS de Longo Prazo		-	-	(-) Ações / Cotas em Tesouraria		-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo		-	-	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		155.082.831.920,60	157.769.581.025,47
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS		-	-				
Demais Investimentos Permanentes		-	-				
Demais Investimentos Permanentes		-	-				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.		-	-				
Imobilizado	05	12.760.069.526,78	11.485.323.487,61				
ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO				-			
	N. E.	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	N. E.	2017	2016
Bens Móveis		211.945.566,80	193.914.849,28				
Bens Móveis		280.355.127,13	245.827.098,17				
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-68.409.560,33	-51.912.248,89				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis		-	-				
Bens Imóveis		12.548.123.959,98	11.291.408.638,33				
Bens Imóveis		12.593.055.175,56	11.320.565.178,37				
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-44.931.215,58	-29.156.540,04				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis		-	-				
Intangível	06	65.849.173,40	56.381.090,89				
Softwares		62.624.847,37	53.469.579,27				
Softwares		62.867.305,37	53.583.409,36				
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-242.458,00	-113.830,09				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares		-	-				

Marcas, Direitos e Patentes Industriais		2.889.091,62	2.911.511,62			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		2.889.091,62	2.911.511,62			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind		-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.		-	-			
Direitos de Uso de Imóveis		335.234,41	-			
Direitos de Uso de Imóveis		335.234,41	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis		-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis		-	-			
Diferido		-	-			
TOTAL DO ATIVO		159.313.464.554,24	163.725.043.110,23	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		159.313.464.554,24 163.725.043.110,23

Demonstração das Variações Patrimoniais

	N. E.	2017	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		52.809.616.790,25	54.750.569.348,64
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		-	-
Impostos		-	-
Taxas		-	-
Contribuições de Melhoria		-	-
Contribuições		-	-
Contribuições Sociais		-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	-
Contribuição de Iluminação Pública		-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		75.437.369,73	81.896.164,29

Venda de Mercadorias		716.914,02	215.342,40
Vendas de Produtos		2.143,00	1.748,42
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		74.718.312,71	81.679.073,47
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		10.575.666.683,69	9.712.556.960,00
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	13	10.319.819.626,43	9.537.460.790,20
Juros e Encargos de Mora		1.366.316,80	5.798.216,53
Variações Monetárias e Cambiais		2.083.527,43	1.308.880,09
Descontos Financeiros Obtidos		-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		250.091.398,19	167.366.282,90
Aportes do Banco Central		-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras		2.305.814,84	622.790,28
Transferências e Delegações Recebidas		40.570.792.199,66	43.174.454.077,71
Transferências Intragovernamentais		40.559.784.983,87	43.156.630.905,61
Transferências Intergovernamentais		6.112.302,52	7.830.150,87
Transferências das Instituições Privadas		-	4.985.899,03
Transferências das Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências de Consórcios Públicos		-	-
Transferências do Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes		-	-
Transferências de Pessoas Físicas		-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas		4.894.913,27	5.007.122,20
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		790.470.408,82	573.418.146,57
Reavaliação de Ativos		49.689.569,15	26.323.158,67
Ganhos com Alienação		19.009.387,80	7.694.135,63
Ganhos com Incorporação de Ativos	12	709.881.324,23	133.572.477,05
Ganhos com Desincorporação de Passivos		11.890.127,64	405.828.375,22

Reversão de Redução ao Valor Recuperável		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		797.250.128,35	1.208.244.000,07
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		-	1.814.942,65

	N. E.	2017	2016
Resultado Positivo de Participações		109.339,20	156.818,67
Operações da Autoridade Monetária		-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		422.620.200,66	326.645.680,89
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		374.520.588,49	879.626.557,86
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		37.819.908.603,88	36.161.993.132,98
Pessoal e Encargos		762.951.748,27	732.627.018,97
Remuneração a Pessoal		553.227.112,35	537.486.810,45
Encargos Patronais		175.136.444,21	160.648.843,23
Benefícios a Pessoal		27.202.619,51	28.367.930,78
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		7.385.572,20	6.123.434,51
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		552.974.299,36	544.499.267,57
Aposentadorias e Reformas		267.991.448,49	267.909.713,73
Pensões		281.081.765,82	273.635.642,27
Benefícios de Prestação Continuada		-	-
Benefícios Eventuais		-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda		-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		3.901.085,05	2.953.911,57
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		388.618.828,88	361.990.928,12
Uso de Material de Consumo		30.745.416,88	5.523.982,13
Serviços		325.024.688,57	340.306.279,04
Depreciação, Amortização e Exaustão		32.848.723,43	16.160.666,95

Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	15	6.649.999.435,88	6.296.164.677,85
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		582.889,67	241.517,51
Variações Monetárias e Cambiais		43.991.379,43	8.235.351,34
Descontos Financeiros Concedidos		1.771,01	19.893,77
Aportes ao Banco Central		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		6.605.423.395,77	6.287.667.915,23
Transferências e Delegações Concedidas	14	25.189.188.145,34	24.715.945.020,80
Transferências Intragovernamentais		23.946.826.507,71	24.377.421.024,80
Transferências Intergovernamentais		1.197.682.806,80	334.099.886,25
Transferências a Instituições Privadas		723.722,48	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências a Consórcios Públicos		-	-
Transferências ao Exterior		23.562,00	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes		-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas		43.931.546,35	4.424.109,75
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		4.230.085.959,83	3.342.981.515,70
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		3.998.341.621,75	2.646.794.388,59
Perdas com Alienação		1.151,33	10.198,68
Perdas Involuntárias		8.294,47	2.958,76

	N. E.	2017	2016
Incorporação de Passivos		121.317,61	619.867.384,25
Desincorporação de Ativos		231.613.574,67	76.306.585,42
Tributárias		2.201.295,06	4.349.140,53

Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		1.862.284,16	3.945.113,10
Contribuições		339.010,90	404.027,43
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados		-	-
Custo das Mercadorias Vendidas		-	-
Custos dos Produtos Vendidos		-	-
Custo dos Serviços Prestados		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		43.888.891,26	163.435.563,44
Premiações		-	-
Resultado Negativo de Participações		-	-
Operações da Autoridade Monetária		-	-
Incentivos		288.455,00	288.015,00
Subvenções Econômicas		-	-
Participações e Contribuições		-	-
Constituição de Provisões		37.987.670,31	442,43
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		5.612.765,95	163.147.106,01
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	11	14.989.708.186,37	18.588.576.215,66

Balço Orçamentário

RECEITA					
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	N. E.	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES		12.450.279.501,00	12.450.279.501,00	393.824.252,94	-12.056.455.248,06
Receitas Tributárias		12.151.884.892,00	12.151.884.892,00	-	-12.151.884.892,00
Impostos		12.151.884.892,00	12.151.884.892,00	-	-12.151.884.892,00

Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	103.001.765,00	103.001.765,00	225.133.191,44	122.131.426,44
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	3.521.232,00	3.521.232,00	2.014.090,63	-1.507.141,37
Valores Mobiliários	99.480.533,00	99.480.533,00	222.895.708,42	123.415.175,42
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	223.392,39	223.392,39
Receita Agropecuária	558.170,00	558.170,00	86.263,69	-471.906,31
Receita Industrial	-	-	2.143,00	2.143,00
Receitas de Serviços	145.485.348,00	145.485.348,00	62.007.170,85	-83.478.177,15
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	27.923.324,00	27.923.324,00	15.484.746,73	-12.438.577,27
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	117.143.479,00	117.143.479,00	46.519.492,10	-70.623.986,90
Outros Serviços	418.545,00	418.545,00	2.932,02	-415.612,98
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	49.349.326,00	49.349.326,00	106.595.483,96	57.246.157,96
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	48.536.073,00	48.536.073,00	20.698.026,71	-27.838.046,29
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	760.210,00	760.210,00	82.821.545,77	82.061.335,77
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	53.043,00	53.043,00	3.075.911,48	3.022.868,48
RECEITAS DE CAPITAL	663.423.297,00	663.423.297,00	697.419.527,85	33.996.230,85
Operações de Crédito	5.250.000,00	5.250.000,00	-	-5.250.000,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	5.250.000,00	5.250.000,00	-	-5.250.000,00

Alienação de Bens		31.259.132,00	31.259.132,00	19.343.866,20	-11.915.265,80
Alienação de Bens Móveis		412.708,00	412.708,00	501.192,50	88.484,50
Alienação de Bens Imóveis		30.846.424,00	30.846.424,00	18.842.673,70	-12.003.750,30
Alienação de Bens Intangíveis		-	-	-	-

RECEITA					
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	N. E.	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Amortização de Empréstimos		623.664.618,00	623.664.618,00	678.075.661,65	54.411.043,65
Transferências de Capital		-	-	-	-
Outras Receitas de Capital		3.249.547,00	3.249.547,00	-	-3.249.547,00
Integralização do Capital Social		-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil		-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional		-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional		3.249.547,00	3.249.547,00	-	-3.249.547,00
Demais Receitas de Capital		-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES		-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS		13.113.702.798,00	13.113.702.798,00	1.091.243.780,79	-12.022.459.017,21
REFINANCIAMENTO		-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno		-	-	-	-
Mobiliária		-	-	-	-
Contratual		-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo		-	-	-	-
Mobiliária		-	-	-	-
Contratual		-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		13.113.702.798,00	13.113.702.798,00	1.091.243.780,79	-12.022.459.017,21
DEFICIT	16			19.846.484.610,62	19.846.484.610,62
TOTAL		13.113.702.798,00	13.113.702.798,00	20.937.728.391,41	7.824.025.593,41
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA		-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro		-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação		-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos		-	-	-	-

Créditos Adicionais Reabertos		-	-	-	-
-------------------------------	--	---	---	---	---

DESPESA

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	N. E.	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES		2.126.848.681,00	3.097.683.081,00	1.886.336.974,03	1.690.621.002,04	1.681.100.262,04	1.211.346.106,97
Pessoal e Encargos Sociais		1.356.990.782,00	1.343.950.482,00	1.297.082.121,20	1.275.787.599,62	1.273.387.849,73	46.868.360,80
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		769.857.899,00	1.753.732.599,00	589.254.852,83	414.833.402,42	407.712.412,31	1.164.477.746,17
DESPESAS DE CAPITAL		21.006.328.285,00	21.209.003.004,00	19.051.391.417,38	12.470.253.504,72	12.450.865.766,75	2.157.611.586,62
Investimentos		5.408.895.342,00	5.613.582.970,00	4.779.972.426,09	1.181.667.593,81	1.162.279.855,84	833.610.543,91
Inversões Financeiras		15.597.432.943,00	15.595.420.034,00	14.271.418.991,29	11.288.585.910,91	11.288.585.910,91	1.324.001.042,71
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS		23.133.176.966,00	24.306.686.085,00	20.937.728.391,41	14.160.874.506,76	14.131.966.028,79	3.368.957.693,59
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna		-	-	-	-	-	-

DESPESA

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	N. E.	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		23.133.176.966,00	24.306.686.085,00	20.937.728.391,41	14.160.874.506,76	14.131.966.028,79	3.368.957.693,59
TOTAL		23.133.176.966,00	24.306.686.085,00	20.937.728.391,41	14.160.874.506,76	14.131.966.028,79	3.368.957.693,59

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	N. E.	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES		106.484.381,20	127.634.843,86	118.676.919,49	110.329.481,87	14.121.189,66	109.668.553,53
Pessoal e Encargos Sociais		3.650.709,83	4.799.505,92	3.859.928,60	3.859.928,60	3.635.597,17	954.689,98
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		102.833.671,37	122.835.337,94	114.816.990,89	106.469.553,27	10.485.592,49	108.713.863,55
DESPESAS DE CAPITAL		5.493.099.583,70	5.255.465.647,81	2.751.169.063,04	2.185.996.759,84	3.336.752.022,40	5.225.816.449,27
Investimentos		1.487.550.225,02	2.345.671.901,81	1.604.181.326,59	1.477.970.480,82	247.837.656,19	2.107.413.989,82

Inversões Financeiras		4.005.549.358,68	2.909.793.746,00	1.146.987.736,45	708.026.279,02	3.088.914.366,21	3.118.402.459,45
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-
TOTAL		5.599.583.964,90	5.383.100.491,67	2.869.845.982,53	2.296.326.241,71	3.350.873.212,06	5.335.485.002,80

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	32.796.430,52	21.639.958,71	23.388.306,08	697.233,58	30.350.849,57
Pessoal e Encargos Sociais	-	10.394.370,07	10.394.370,07	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	32.796.430,52	11.245.588,64	12.993.936,01	697.233,58	30.350.849,57
DESPESAS DE CAPITAL	1.075.421.643,19	322.142.645,21	402.633.604,70	70.213.335,23	924.717.348,47
Investimentos	916.048.656,74	168.166.488,48	239.262.160,28	68.338.158,39	776.614.826,55
Inversões Financeiras	159.372.986,45	153.976.156,73	163.371.444,42	1.875.176,84	148.102.521,92
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	1.108.218.073,71	343.782.603,92	426.021.910,78	70.910.568,81	955.068.198,04

Balço Financeiro

INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	N.E.	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	N.E.	2017	2016
Receitas Orçamentárias		1.091.243.780,79	864.864.130,45	Despesas Orçamentárias		20.937.728.391,41	20.301.529.846,77
Ordinárias		92.020.503,17	139.315.028,10	Ordinárias		5.358.442.910,36	7.585.258.946,19
Vinculadas		1.029.424.607,22	811.433.600,67	Vinculadas		15.579.285.481,05	12.716.270.900,58
Alienação de Bens e Direitos		19.343.944,01	17.185.054,46	Educação		158.898,29	191.790,65
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		999.110.650,94	776.590.620,74	Seguridade Social (Exceto RGPS)		549.481.620,82	108.091.529,29
Demais Recursos		10.970.012,27	17.657.925,47	Operação de Crédito		2.428.520.984,12	8.530.021,75
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-30.201.329,60	-85.884.498,32	Alienação de Bens e Direitos		28.211.227,54	2.675.738,59
				Transferências Constitucionais e Legais		12.151.884.892,00	12.127.715.424,00
				Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		421.027.858,28	467.421.939,96
				Outros Recursos Vinculados a Fundos			14.456,34
				Demais Recursos			1.630.000,00
Transferências Financeiras Recebidas		39.266.757.315,44	43.112.748.570,87	Transferências Financeiras Concedidas		22.173.550.676,82	24.333.538.690,06
Resultantes da Execução Orçamentária		32.269.440.396,40	32.731.166.712,97	Resultantes da Execução Orçamentária		17.748.707.327,70	17.636.831.422,92

Cota Recebida	15.621.684.985,66	15.986.175.595,81	Repasse Concedido	14.040.941.704,78	14.175.309.549,20
Repasse Recebido	12.944.244.680,71	13.286.786.884,93	Sub-repasse Concedido	3.701.769.871,71	3.456.573.785,40
Sub-repasse Recebido	3.701.769.871,71	3.456.573.785,40	Cota Devolvida	4.254.892,89	3.317.641,49
Repasse Devolvido	91.984,00	1.629.978,83	Repasse Devolvido	91.984,00	1.629.978,83
Sub-repasse Devolvido	1.648.874,32	468,00	Sub-repasse Devolvido	1.648.874,32	468,00
Independentes da Execução Orçamentária	6.997.316.919,04	10.381.581.857,90	Independentes da Execução Orçamentária	4.424.843.349,12	6.696.707.267,14
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	6.596.453.248,38	10.021.210.067,75	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	3.945.532.708,47	6.198.859.044,73
Demais Transferências Recebidas	52.059.862,91	26.833.256,99	Demais Transferências Concedidas	51.311.052,16	13.960.039,92
Movimentação de Saldos Patrimoniais	348.803.807,75	332.484.488,47	Movimento de Saldos Patrimoniais	427.999.588,49	482.834.137,80
Movimentações para Incorporação de Saldos	-	1.054.044,69	Movimentações para Incorporação de Saldos	-	1.054.044,69
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	20.648.462.292,84	20.486.043.193,11	Despesas Extraorçamentárias	9.120.862.736,87	9.555.941.455,53
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	28.908.477,97	82.998.713,81	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	426.021.910,78	769.775.535,47
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	6.776.853.884,65	5.383.100.491,67	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	2.296.326.241,71	3.074.791.700,01
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	6.284.116.825,85	5.829.962.521,55	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	6.398.514.584,38	5.710.316.693,09
Outros Recebimentos Extraorçamentários	7.558.583.104,37	9.189.981.466,08	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	1.057.526,96
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	14.221,33	1.072,39	Valores Compensados	-	1.057.526,96
Passivos Transferidos	-	116.195,50			
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	3.826,34			
Arrecadação de Outra Unidade	-	16.284,31			
Valores para Compensação	177555,37				
Valores em Trânsito	30.948.792,60	119.345,42			
Demais Recebimentos	7.527.442.535,07	9.189.724.742,12			
Saldo do Exercício Anterior	24.737.212.319,71	14.464.566.417,64	Saldo para o Exercício Seguinte	33.511.533.903,68	24.737.212.319,71
Caixa e Equivalentes de Caixa	17 24.737.212.319,71	14.464.566.417,64	Caixa e Equivalentes de Caixa	33.511.533.903,68	24.737.212.319,71
TOTAL	85.743.675.708,78	78.928.222.312,07	TOTAL	85.743.675.708,78	78.928.222.312,07

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	N.E.	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		21.567.333.418,40	25.040.948.704,78
INGRESSOS		53.503.267.277,27	58.529.874.470,68
Receitas Derivadas e Originárias		393.824.252,94	397.197.113,87
Receita Tributária		-	-
Receita de Contribuições		-	-
Receita Patrimonial		5.137.954,83	2.260.828,12
Receita Agropecuária		86.263,69	215.342,40
Receita Industrial		2.143,00	1.748,42
Receita de Serviços		62.007.170,85	94.827.079,00
Remuneração das Disponibilidades		219.995.236,61	125.060.403,12
Outras Receitas Derivadas e Originárias		106.595.483,96	174.831.712,81
Transferências Correntes Recebidas		-	-14.129,30
Intergovernamentais		-	-14.129,30
Dos Estados e/ou Distrito Federal		-	-14.129,30
Dos Municípios		-	-
Intragovernamentais		-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas		-	-
Outros Ingressos das Operações		53.109.443.024,33	58.132.691.486,11
Ingressos Extraorçamentários		6.284.116.825,85	5.829.962.521,55
Passivos Transferidos			116.195,50
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior			3.826,34
Transferências Financeiras Recebidas		39.266.757.315,44	43.112.748.570,87
Arrecadação de Outra Unidade			16.284,31
Valores para Compensação		177.555,37	
Valores em Trânsito		30.948.792,60	119.345,42
Demais Recebimentos		7.527.442.535,07	9.189.724.742,12
DESEMBOLSOS		-31.935.933.858,87	-33.488.925.765,90
Pessoal e Demais Despesas		-1.554.784.723,55	-1.500.888.978,13
Legislativo		-	-
Judiciário		-	-320.203,64
Essencial à Justiça		-	-

Administração	-869.634.435,03	-818.882.285,24
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-53.074.004,31	-24.722.194,09
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-549.774.559,00	-523.778.735,13
Saúde	-6.332.195,21	-263.902,71
Trabalho	-159.689,59	-246.047,47
Educação	-192.822,96	-186.330,27
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-27.669,80
Urbanismo	-148.548,36	-334.062,56
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-11.096.881,36	-19.849.004,36
Ciência e Tecnologia	-1.707.507,48	-386.097,00
Agricultura	-53.239.514,22	-106.495.687,89
Organização Agrária	-22.710,00	-117.042,66
Indústria	-9.263,96	-1.051.881,33
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-9.406.813,40	-4.228.906,37
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	14.221,33	1.072,39
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-1.809.083.874,12	-1.943.123.877,66
Intergovernamentais	-1.638.215.856,41	-1.787.971.158,94
A Estados e/ou Distrito Federal	-1.202.682.974,31	-1.398.530.933,04
A Municípios	-435.532.882,10	-389.440.225,90
Intragovernamentais	-147.946.400,60	-133.530.149,15
Outras Transferências Concedidas	-22.921.617,11	-21.622.569,57
Outros Desembolsos das Operações	-28.572.065.261,20	-30.044.912.910,11

Dispêndios Extraorçamentários		-6.398.514.584,38	-5.710.316.693,09
Transferências Financeiras Concedidas		-22.173.550.676,82	-24.333.538.690,06
Valores Compensados			-1.057.526,96
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		-12.793.011.834,43	-14.768.302.802,71
INGRESSOS		697.419.527,85	467.681.145,88
Alienação de Bens		19.343.866,20	9.610.870,18
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		678.075.661,65	458.070.275,70
Outros Ingressos de Investimentos		-	-
DESEMBOLSOS		-13.490.431.362,28	-15.235.983.948,59
Aquisição de Ativo Não Circulante		-1.134.009.861,33	-1.854.401.144,72
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		-12.159.983.634,35	-13.254.406.802,89
Outros Desembolsos de Investimentos		-196.437.866,60	-127.176.000,98
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		-	-
INGRESSOS		-	-
Operações de Crédito		-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais		-	-
Transferências de Capital Recebidas		-	-
Intergovernamentais		-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal		-	-
Dos Municípios		-	-
Intragovernamentais		-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas		-	-
Outros Ingressos de Financiamento		-	-
DESEMBOLSOS		-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida		-	-
Outros Desembolsos de Financiamento		-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	18	8.774.321.583,97	10.272.645.902,07
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		24.737.212.319,71	14.464.566.417,64
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		33.511.533.903,68	24.737.212.319,71

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Especificação		Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2016	NE	40.128.672,70	-	8.898.625,73	415.171,85	201.487,28	143.304.112.834,03	-	-	143.353.756.791,59
Variação Cambial		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior		-	-	-	-	-	-5.131.976.283,48	-	-	-5.131.976.283,48
Aumento/Redução de Capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos		-	-	-	-	-1.975,68	243.999,48	-	-	242.023,80
Ajuste de Avaliação Patrimonial		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício		-	-	-	-	-	18.588.576.215,66	-	-	18.588.576.215,66
Constituição/Reversão de Reservas		-	-	-8.898.625,73	-415.171,85	-	968.296.075,48	-	-	958.982.277,90
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2016		40.128.672,70	-	-	-	199.511,60	157.729.252.841,17	-	-	157.769.581.025,47

Especificação		Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2017	NE	40.128.672,70	-	-	-	199.511,60	157.729.252.841,17	-	-	157.769.581.025,47
Variação Cambial		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior	19	2.167.927.738,87	252.749.944,67	-	-	-	-20.323.929.938,14	-	-	-17.903.252.254,60
Aumento/Redução de Capital		-	118.421.159,21	-	-	-	-	-	-	118.421.159,21
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos		-	-	-	-	-1.975,68	-700.614,13	-	-	-702.589,81
Ajuste de Avaliação Patrimonial		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	20	-	-	-	-	-	14.989.708.186,37	-	-	14.989.708.186,37
Constituição/Reversão de Reservas		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação		-	109.076.393,96	-	-	-	-	-	-	109.076.393,96
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2017		2.208.056.411,57	480.247.497,84	-	-	197.535,92	152.394.330.475,27	-	-	155.082.831.920,60

3) Resumo das Principais Práticas Contábeis – Base de Elaboração das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis – DCON do Ministério da Integração foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP- 7ª edição) e o Manual SIAFI.

Os valores constantes das Demonstrações Contábeis foram levantados a partir das informações do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e tiveram como escopo as informações consolidadas em nível de Órgão Superior, ou seja, englobam as contas do Ministério, no que se refere à execução de suas unidades gestoras, as contas dos Órgãos e entidades vinculadas, e também dos Fundos Regionais e Fundos Constitucionais, a saber: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba/CODEVASF; Departamento Nacional de Obras Contra a Seca/DNOCS; Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste /SUDECO (Fundo de Desenvolvimento do Centro Oeste/FDCO); Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste/SUDENE (Fundo de Desenvolvimento do Nordeste/FDNE); Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia/SUDAM (Fundo de Desenvolvimento da Amazônia/FDA); Fundo Constitucional de Norte/FNO; Fundo Constitucional do Centro Oeste/FCO; Fundo Constitucional do Nordeste/FNE.

Na consolidação das demonstrações contábeis do MI não foram utilizados os critérios de exclusão e compensações, considerando que no SIAFI este mecanismo está disponibilizado apenas no nível do Balanço Geral da União. Entretanto estas demonstrações contábeis consolidadas representam o agregado dos saldos de todas as unidades gestoras, órgãos e entidades, em nível de Órgão Superior.

As estruturas e a composição das DCON estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, as DCON são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- VI. e VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extra-orçamentárias, sejam controladas na conta única.

3.1) Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis aplicadas ao Setor Público

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito

da União, seguidos por este Ministério, tendo em consideração as opções e premissas do MCASP e do Manual SIAFI.

- **Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras** - A moeda funcional da União é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no BF e na DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.
- **Caixa e equivalentes de caixa** - Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.
- **Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo** - São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais da União. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.
- **Depósitos Restituíveis** - são os valores depositados para garantia contratual a título de caução dos fornecedores de bens, serviços e obras e estão reconhecidos pelo seu custo histórico acrescido dos rendimentos do período.
- **Créditos a curto prazo** - Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos; e (vii) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros. É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.
- **Estoques** – Compreendem as mercadorias para revenda (dentre elas, os estoques reguladores da União), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.
- **Ativo realizável a longo prazo** - Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) investimentos temporários; e (vi) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis,

são registrados os ajustes para perdas.

- **Ajuste para Perdas da Dívida Ativa** – a metodologia adotada para mensuração do ajuste para perdas dos créditos da dívida ativa, foi pelo histórico de recebimentos, teve algum tipo de classificação dos créditos pelas suas características de recuperabilidade;
- **Investimentos** – São compostos por: (i) participações permanentes; (ii) propriedades para investimento; e (iii) demais investimentos. As participações permanentes representam os investimentos realizados em empresas, consórcios públicos e fundos realizados pela União. Quando há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Quando não há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas. As propriedades para investimento compreendem os bens imóveis mantidos com fins de renda e/ou ganho de capital, que não são usados nas operações e que não serão vendidos em curto prazo. As entidades que compõem a União têm utilizado dois critérios para mensuração e avaliação desses bens: (i) valor justo; e (ii) custo depreciado. Os demais investimentos representam cotas integralizadas no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização (FFIE), mensuradas e avaliadas pelo custo, acrescidas da rentabilidade auferida até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registradas as reduções ao valor recuperável (impairment), fruto de avaliações periódicas.
- **Imobilizado** – O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.
- **Intangível** – Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment)..
- **Depreciação, amortização e exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis** - A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes. Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês

seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

- **Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet** - O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso. A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.
- **Reavaliação, redução ao valor recuperável** – a base de mensuração utilizada: valor justo (mercado), custo de reposição, informar os procedimentos contábeis e metodologia utilizada para reconhecimento da valorização ou da perda por meio dos testes de recuperabilidade;
- **Passivos circulantes e não circulantes** As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.
- **Empréstimos e financiamentos** - Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, da União a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (tem por base a emissão de títulos da dívida pública) e a dívida contratual (contratos de empréstimos).
- **Provisões** – As provisões estão segregadas em seis categorias: (i) riscos trabalhistas; (ii) riscos fiscais; (iii) riscos cíveis; (iv) repartição de créditos tributários; (v) provisões matemáticas; e (vi) outras. As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões referentes às ações judiciais, nas quais a União figura diretamente no polo passivo, estão de acordo com a Portaria AGU nº 40, de 10 de fevereiro de 2015.
- **Benefícios a empregados** - Benefícios a empregados Os benefícios a empregados (aqui o termo está sendo utilizado de acordo com o vocabulário da área contábil, porém se refere aos servidores públicos e aos empregados das empresas estatais

dependentes), referentes a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados, sendo registrados como variações patrimoniais diminutivas. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade da União relacionados com aposentadoria e assistência médica são também reconhecidos pelo regime de competência.

- **Ativos e Passivos Contingentes** – Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes são contabilizados em contas de controles e evidenciados nas notas explicativas no tópico Outras Informações Relevantes.
- **Apuração do Resultado** – Nas demonstrações contábeis são apurados os seguintes resultados:
 - i. **Resultado Patrimonial** na Demonstração das Variações Patrimoniais confrontando as Variações Patrimoniais Aumentativas com as Variações Patrimoniais Diminutivas se o resultado for positivo teremos o Superávit Patrimonial caso contrário será Déficit Patrimonial.
 - ii. **No Balanço Orçamentário** é apurado o Resultado Orçamentário o valor da coluna Receitas Realizadas menos a Despesa Empenhada, se for positivo teremos o Superávit Orçamentário e caso contrário um Déficit Orçamentário
 - iii. **No Balanço Financeiro** ou na Demonstração do Fluxo de Caixa é apurado o Resultado Financeiro confrontando o Saldo Atual de Caixa e Equivalência de Caixa menos o Saldo Anterior, se for positivo será um Superávit Financeiro caso contrário um Déficit Financeiro. Esta apuração no Resultado Financeiro não se confunde com a apuração feito no Balanço Patrimonial entre os Ativos Financeiros menos os Passivos Financeiros, este se superávit é inclusive fonte para abertura de créditos adicionais.

3.2) Plano de Implantação de Procedimentos Contábeis Patrimoniais

A Portaria STN nº 548/2015 dispõe sobre os prazos limites de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação. Na referida portaria foi aprovado o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP), estando os procedimentos definidos na Portaria STN nº 634/2013, e as regras aplicáveis descritas no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público.

No contexto da União ficaram definidos os prazos apresentados no quadro abaixo, seguido por este Ministério e demais Órgãos da União.

Procedimento Contábil Patrimonial	Prazo União
PCP 1 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.	2017
PCP 2 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários , bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas.	2018
PCP 3 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	Imediato
PCP 4 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não tributária, e respectivo ajuste para perdas	Imediato
PCP 5 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência	2018
PCP 6 - Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas	2018
PCP 7 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis ; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura)	Imediato
PCP 8 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura ; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável	2019
PCP 9 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural ; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP)	2021
PCP 10 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias .	Imediato
PCP 11 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex: 13º salário, férias, etc).	Imediato
PCP 12 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	Imediato
PCP 13 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência .	Imediato
PCP 14 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência .	A definir
PCP 15 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.	2019
PCP 16 - Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável.	A definir
PCP 17 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes , e respetivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.	Imediato
União	
PCP 18 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques .	2019
PCP 19 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP (a partir de 01/01/2021).	A definir

O Tesouro Nacional tem realizado gestão para a implantação dos Procedimentos Contábeis da União e tem orientado os Órgãos sobre ações necessárias para a proporcionar a implantação dentro dos prazos previstos. O Ministério da Integração Nacional em atendimento às orientações tem envidado esforços para os ajustes necessários à implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais.

Atualmente o Ministério tem realizado tratativas para a implantação do Sistema SIADS – Sistema Integrado de Administração de Serviços com o intuito de favorecer a implantação da gestão dos bens móveis do PCP 7 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).

3.3) Principais mudanças nas práticas e procedimentos contábeis que refletiram nas Demonstrações Contábeis:

a) Desreconhecimento dos créditos relativos a Diversos Responsáveis – em setembro de 2017 a CCONT procedeu o desreconhecimento destes créditos decorrentes de falta/irregularidades na comprovação das Tomadas de Contas Especiais. Os valores pendentes de julgamento devem ser registrados apenas em contas de controle e o ativo deve ser reconhecido somente quando tiver a decisão definitiva do TCU com a devida imputação de débito.

b) Desreconhecimento dos créditos relativos a Adiantamento de Transferências Voluntárias – em setembro de 2017 a CCONT em atendimento ao acórdão TCU 1320/2017 efetuou os lançamentos contábeis de desreconhecimento destes créditos tendo em vistas os mesmos não preencherem os requisitos do conceito de ativo de acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual e o MCASP. Entretanto nas contas de controle estão preservados os registros com vistas ao devido acompanhamento da prestação de contas pelos convenientes aos seus órgãos concedentes.

3.4) Mudança de estrutura administrativa

Na Administração Direta do Ministério da Integração Nacional houve a extinção da Secretaria Nacional de Irrigação/SENIR, por meio do Decreto nº 8.980/2017, de 01 de fevereiro de 2017, o qual divulgou a nova estrutura regimental do Ministério.

Todos os saldos contábeis da Unidade Gestora Extinta foram migrados para a Secretaria de Desenvolvimento Regional/SDR, que absorveu as competências da extinta SENIR.

3.5) Conformidade Contábil das Demonstrações Contábeis:

A conformidade contábil das demonstrações contábeis é realizada mensalmente pelas Setoriais Contábeis e pela STN-Secretaria do Tesouro Nacional, de acordo com os procedimentos descritos na Macrofunção 02.03.15 do Manual SIAFIWeb. Este é um processo que visa assegurar a fidelidade e a confiabilidade dos dados constantes no SIAFI, além de permitir a sinalização de situações que possam causar viés nos valores evidenciados.

Além dos processos realizados mensalmente, no final do exercício as Setoriais Contábeis

de Órgão Superior encaminham para a STN a Declaração do Contador. Nessa declaração, o Contador Responsável de cada órgão declara se os demonstrativos contábeis, balancete e auditores contábeis (CONDESAUD) constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido) estão regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, e refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial. Se tudo estiver de acordo, ele registra a Declaração Plena. Se houver alguma ressalva a fazer, o Contador registra a Declaração com Ressalva.

Os Órgãos Superiores deverão envidar esforços para correção dos problemas contábeis durante o exercício, que ensejem no registro de restrições contábeis, na conformidade mensal. Havendo a permanência de restrições contábeis ao final do exercício, elas deverão ser devidamente justificadas por meio da Declaração do Contador, com a finalidade de esclarecer os motivos da permanência das restrições apontadas.

4) Notas Explicativas aos Itens das Demonstrações Contábeis

Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e Equivalentes de Caixa contempla o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato e está segmentado em moeda nacional e moeda estrangeira. Visualiza-se a seguir a composição desse item:

Tabela 1 - Caixa e Equivalentes de Caixa

	R\$ milhares		
	31/12/2017	31/12/2016	AH(%)
Banco Conta Movimento – Recursos Fundos Constit.	29.784.001.003	22.342.547.760	33,31
Recursos da Conta Única Aplicados	2.701.316.915	1.755.550.070	53,87
Bancos Conta Movimento – Demais Contas	1.462.248	147.359	892,30
Aplicações Financeiras de Liquidez	13.646.773	2.345.692	481,78
Limite de Saque Com Vinculação de Pgto – Conta Única	1.011.106.965	636.621.438	58,82
Total	33.511.533.904	24.737.212.320	35,47

Fonte: SIAFI, 2017.

Espelhado de forma detalhada, este item, foi observado uma sazonalidade de valores que impactaram de forma positiva e negativa em termos de percentuais, no entanto, devido o volume de valores movimentados nos Fundos Constitucionais e de Desenvolvimento, o acréscimo de 35,47% ocorrido no período de dez/16 a dez/17, se deu principalmente em função das movimentações ocorridas nos Fundos Constitucionais do Nordeste e do Norte, com incremento de valores na ordem de R\$ 6 e R\$ 2 bilhões, respectivamente, em valores absolutos, conforme demonstrados na tabela abaixo:

Tabela 2 - Caixa e Equivalentes de Caixa

	R\$ milhares		
	31/12/2017	31/12/2016	AH(%)
CIA.DE DES.DOS VALES DO S.FRANC.E DO PARNAIBA	96.102.068	56.458.426	70,22
DEPARTAMENTO NAC.DE OBRAS CONTRA AS SECAS	20.125.824	16.011.386	25,70
MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL	752.376.960	402.535.157	86,91
SUPERINTEND. DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA	51.365.871	50.391.345	1,93
SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLV. DO NORDESTE	154.264.274	151.719.126	1,68
SUPERINT. DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE	7.995.935	1.857.151	330,55
FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAM.DO NORTE	5.064.598.048	2.978.274.902	70,05
FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINAN.DO CENTRO OESTE	2.066.805.069	3.189.104.462	(35,19)
FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAM.DO NORDESTE	22.623.917.725	16.153.836.172	40,05
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA	1.192.384.181	745.296.614	59,99
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE	1.347.682.801	894.459.670	50,67
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE	133.915.149	97.267.911	37,68
Total	33.511.533.904	24.737.212.320	35,47

Fonte: SIAFI, 2017.

Nota 02 – Créditos a Receber

a) Créditos a Receber no Curto Prazo

Os Créditos a receber no Curto Prazo compreendem aqueles valores que compõe o Ativo Circulante, realizáveis dentro do ciclo operacional da entidade, com livre movimentação para aplicação nas operações financeiras da entidade, sendo assim, para os quais não hajam restrições para uso imediato, realizáveis até doze meses da data das demonstrações contábeis. Estão distribuídos conforme tabela apresentada a seguir:

Tabela 3 - Créditos a Curto Prazo

	R\$ milhares		
	31/12/2017	31/12/2016	AH(%)
Clientes	49.035.828	57.005.856	(13,98)
Empréstimos E Financiamentos Concedidos	16.220.928.730	17.507.339.005	(7,35)
Ajuste De Perdas De Créditos A Curto Prazo	(921.874.009)	(926.071.504)	(0,45)
Total	15.348.090.549	16.638.273.357	(7,75)

Fonte: SIAFI, 2017.

Não houve relevância de informações acerca dos Créditos a Receber no Curto Prazo os quais variaram em baixos percentuais.

b) Demais Créditos a Receber – Composição

Tabela 4 - Demais Créditos e Valores - CP - Composição

	R\$ milhares		
	31/12/2017	31/12/2016	AH(%)
Adiantamentos Concedidos a Pessoal e Terceiro	45.839.754	17.479.227.183	(99,74)
Ajuste para Perdas	(224.874)	(478.332)	(52,99)
Créditos por Danos ao Patrimônio	463.217	2.299.597.630	(99,98)
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	607.016	973.010	(37,61)
Outros	98.754.343	171.065.259	(42,27)
Total	145.439.456	19.950.384.750	(99,27)

Fonte: SIAFI, 2017.

Neste item de Demais Créditos e Valores no Curto Prazo, maior relevância para a redução dos valores relativos aos Adiantamentos Concedidos e Créditos por danos ao Patrimônio, na ordem de R\$ 19,7 bilhões.

No que se refere à redução de 99,74% observada nos adiantamentos concedidos, ocorreu em virtude dos registros das transferências voluntárias, os quais foram reclassificados e transferidos esses direitos, de curto prazo para longo prazo, orientação dada pelo Tribunal de Contas da União em auditoria contábil realizadas nas contas do Órgão, motivo pelo qual maior impacto no Órgão:53000-MI. Dos 17,4 bilhões de adiantamentos de transferências voluntárias, cerca de 15,4 bilhões pertencem ao MI, conforme demonstrativo abaixo:

Tabela 5 - Transferências Voluntárias por Órgão Máximo - CP

		R\$ milhares		
		31/12/2017	31/12/2016	AH(%)
530001	MI/SE/DGI/ADMINISTRACAO GERAL	-	757.361.390	(100,00)
530012	SECRETARIA NACIONAL DE DEFESA CIVIL - SEDEC	-	5.520.367.402	(100,00)
530013	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA HIDRICA - SIH	-	5.901.879.784	(100,00)
530016	PROAGUA/SIH/SE/MI	-	33.503.173	(100,00)
530020	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - MI	-	572.896.648	(100,00)
530021	PROAGUA NACIONAL/SE/MI	-	161.001.139	(100,00)
530022	SECRETARIA NACIONAL DE IRRIGACAO	-	194.563.667	(100,00)
530023	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	-	2.239.592.360	(100,00)
530025	INTERAGUAS - 8074-BR	-	3.890.000	(100,00)
Total		-	15.385.055.563	(100,00)

Fonte: SIAFI, 2017.

A redução de 99,98% ocorrida na conta Créditos por Danos ao Patrimônio, deu-se em virtude da mudança de critério na contabilização dos Adiantamentos de Transferências Voluntárias. A nova rotina de contabilização implementada pela STN-Secretaria do Tesouro Nacional determinou o desreconhecimento dos direitos a receber relativos às transferências voluntárias, e orientou que os valores referentes à imputação de débito ao Erário, decorrentes de Tomadas de Contas Especiais, sejam registrados no SIAFI após o devido julgamento pelo Tribunal de Contas da União e nos valores estipulados por aquela Corte de Contas.

c) Ajustes para Perdas de Créditos a Curto Prazo

A conta Ajustes de Perdas não teve relevância em termos de percentuais, permaneceu na ordem de -0,45%, no entanto, diz respeito à valores relevantes, 139 milhões, movimentados pelos Fundos Constitucionais e subdivididos em duas contas: Perda Estimada em Crédito Empréstimos Concedidos e Perda estimada em crédito de Financiamento concedido. Observada a ocorrência dos citados ajustes nos três Fundos Constitucionais a saber:

Tabela 6 - Ajustes para Perdas de Créditos - Curto Prazo

		R\$ milhares		
		31/12/2017	31/12/2016	AH(%)
22203	CIA.DE DES.DOS VALES DO S.FRANC.E DO PARNAIBA	(980.717)	-	
53901	FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAM.DO NORTE	(230.206.610)	(208.432.250)	10,45
53902	FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINAN.DO CENTRO OESTE	(94.632.769)	(49.318.983)	91,88
53903	FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAM.DO NORDESTE	(596.053.913)	(668.320.271)	(10,81)
Total		(921.874,009)	(926.071.504)	(0,45)

Fonte: SIAFI, 2017.

Nota 03 - Créditos a Receber no Longo Prazo

Os Créditos a receber no Longo Prazo compreendem aqueles valores que compõe o Ativo não Circulante, tais como: Investimentos de Longo Prazo; Imobilizado; Intangíveis; e, saldo a amortizar do Ativo Diferido. Portanto são direitos realizáveis após o ciclo operacional da entidade. Aqueles que possuem expectativa de realização após doze meses da data das demonstrações contábeis. No MI, estão distribuídos conforme tabela apresentada a seguir:

Tabela 7 - Créditos a Longo Prazo

	R\$ milhares		
	31/12/2017	31/12/2016	AH(%)
Cientes	4.789.471	15.037.638	(68,15)
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	97.466.555.496	90.538.339.041	7,65
Dívida Ativa não Tributária	23.595.335	23.636.609	(0,17)
Ajustes para Perdas	(658.707.662)	(749.152.121)	(12,07)
Total	97.494.940.302	90.577.013.288	7,80

Fonte: SIAFI, 2017.

Verificamos que a grande variação positiva ocorrida dentro do Ativo não Circulante se deu principalmente, pela apropriação de financiamentos concedidos a longo prazo, pelos Fundos vinculados ao Ministério da Integração Nacional, em mais de 6 bilhões, no período de dez/16 a dez/17, conforme a tabela acima.

Nota 04 - Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo

Compreende as aplicações de recursos em títulos, valores mobiliários e imobiliários, não destinadas a negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade, resgatáveis no longo prazo.

Tabela 8 – Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo

	R\$ milhares		
	31/12/2017	31/12/2016	AH(%)
22203 CIA.DE DES.DOS VALES DO S.FRANC.E DO PARNAIBA	143.064	142.113	0,67
53202 SUPERINTEND. DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA	199.258.102	919.808.472	(78,34)
53903 FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAM.DO NORDESTE	355.736	515.428	(30,98)
Total	199.756.902	920.466,013	(78,29)

Fonte: SIAFI, 2017.

A grande redução ocorrida na referida conta, que correspondeu a -78,34%, ocorreu por causa das operações de conversões de debêntures em ações, relativas às empresas financiadas pelo Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA, órgão vinculado à SUDAM.

Nota 05 – Imobilizado

O Imobilizado do Ministério da Integração Nacional é segregado em dois grupos: (a) bens móveis; e (b) bens imóveis. Na tabela a seguir, é apresentada a composição do item Imobilizado:

a) Bens Móveis - Composição

Os Bens Móveis em 31/12/2017 totalizavam R\$ 211 milhões e estão distribuídos nos itens patrimoniais conforme detalhado na tabela a seguir:

Tabela 9 - Bens Móveis - Composição

	R\$ milhares		
	31/12/2017	31/12/2016	AH(%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	109.864.911	39.694.040	176,78
Bens de Informática	60.105.058	50.341.994	19,39
Móveis e Utensílios	30.770.822	29.635.220	3,83
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	4.368.959	4.870.610	(10,30)
Veículos	60.185.599	20.978.768	186,89
Bens Móveis em Andamento	14.664	86.035.643	(99,98)
Bens Móveis em Almoxarifado	382.814	11.167	3328,08
Demais Bens Móveis	14.667.342	14.259.653	2,86
Depreciação / Amortização Acumulada	(68.409.560)	(51.912.248)	31,78
Total	211.950.611	193.914.849	9,30

Fonte: SIAFI, 2017.

Com relação ao item Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas que teve uma variação de 176,78% no período, trata-se de incorporação de bens relativos às aquisições de Implementos Agrícolas na CODEVASF, da ordem de R\$ 62 milhões.

O item Veículos teve um acréscimo de 186,89%, que ocorreu principalmente pela incorporação de bens relativos às aquisições de veículos de tração mecânica, na ordem de R\$ 17 milhões na CODEVASF, e no Ministério da Integração Nacional foi incorporado o montante de R\$ 9 milhões, que trata de aquisição de veículos de tração mecânica pela Secretaria de Desenvolvimento Regional.

No item Bens Móveis em Andamento ocorreu uma baixa de R\$ 86 milhões relativa à reclassificação para a conta de Instalações, referente às compras de motobombas, conforme recomendação do TCU e STN.

b) Bens Imóveis - Composição

Os Bens imóveis em 31/12/2017 totalizavam R\$ 12 bilhões e estão distribuídos conforme detalhado na tabela a seguir:

Tabela 10 - Bens Imóveis - Composição

	R\$ milhares		
	31/12/2017	31/12/2016	AH(%)
Bens de Uso Especial	977.346.090	939.524.374	4,03
Bens Dominicais	34.017	34.017	-
Bens Imóveis em Andamento	9.772.774.919	8.689.982.471	12,46
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	6.525.159	6.525.159	-
Instalações	937.609.649	785.733.815	19,33
Demais Bens Imóveis	898.765.339	898.765.339	-
Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	(44.931.215)	(29.156.540)	54,10
Total	12.548.123.959	11.291.408.638	11,13

Fonte: SIAFI, 2017.

A maior variação foi no item Bens Imóveis em Andamento que teve um acréscimo no período em valores absolutos de R\$ 1 bilhão, que em grande parte se refere às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco – PIRSF, executadas pela Secretaria de Infra-Estrutura Hídrica – SIH.

Nota 06 – Intangível

O Ativo Intangível, em 31/12/2017, totalizava R\$ 65 milhões e está distribuído nos itens patrimoniais conforme detalhado na tabela a seguir:

Tabela 11 - Intangível – Composição

	R\$ milhares		
	31/12/2017	31/12/2016	AH(%)
Software com Vida Útil Definida/Indefinida	62.867.305	53.583.409	17,33
Marcas, Direitos, Patentes - Vida Útil Definida	2.889.091	2.911.511	(0,77)
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Determinado	335.234	-	-
Amortização Acumulada	(242.458)	(113.830)	113,00
Total	65.849.173	56.381.090	16,79

Fonte: SIAFI, 2017.

O maior impacto ocorreu no item Software com vida útil definida/indefinida, que se referiu aos serviços de licenciamento perpetuo do módulo de análise e avaliação do desempenho dos sistemas WEB, aplicativos móveis, web services e serviços técnicos de fábrica de software que contemplam o desenvolvimento e manutenção de sistemas do Ministério da Integração Nacional.

Nota 07 – Fornecedores e Contas a Pagar

Tabela 12 - Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo - Por órgão contratante

	R\$ milhares		
	31/12/2017	31/12/2016	AH(%)
CIA.DE DES.DOS VALES DO S.FRANC.E DO PARNAIBA	40.628.171	16.693.571	143,38
DEPARTAMENTO NAC.DE OBRAS CONTRA A SECA	1.764.224	8.629.001	(79,55)
MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL	14.675.971	53.578.164	(72,61)
SUPERINTEND. DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA	68.953	275	24.973,78
SUPERINTEND. DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE	0	3.632	(100,00)
SUPERINTEND. DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE	69.194	249.922	(72,31)
Total	57.206.513	79.154.565	(27,73)

Fonte: SIAFI, 2017.

Verificamos que houve uma redução da obrigação no percentual de 27,73% em quase todos os órgãos da tabela acima, do ano de 2016 para 2017, com maior impacto no Ministério da Integração Nacional, na ordem de R\$ 39 milhões, referente à quitação/cancelamentos de contratos com Fornecedores.

Nota 08 – Demais Obrigações a Curto Prazo

Tabela 13 - Demais Obrigações a Curto Prazo

	R\$ milhares		
	31/12/2017	31/12/2016	AH(%)
CIA.DE DES.DOS VALES DO S.FRANC.E DO PARNAIBA	233.406.034	229.638.298	1,64
DEPARTAMENTO NAC.DE OBRAS CONTRA A SECA	3.219.668	10.301.782	(68,76)
MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL	610.511.845	690.281.924	(11,56)
SUPERINTEND. DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA	4.262.344	853.576	399,35
SUPERINTEND. DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE	17.562.764	19.446.450	(9,69)
SUPERINTEND. DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE	677.875.996	414.774.451	63,43
FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAM.DO NORTE	-	-	-
FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINAN.DO CENTRO-OESTE	0	119.629.669	(100,00)
FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAM.DO NORDESTE	4.998.109	53.263	9.283,75
Total	1.551.836.760	1.484.979.413	4,50

Fonte: SIAFI, 2017.

O aumento das demais obrigações a curto prazo foi sustentado principalmente pela apropriação de valores a serem liberados, decorrentes de empréstimos e financiamentos concedidos, realizados pela Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO, mais especificamente pelo Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste, conforme podemos verificar na tabela acima.

Nota 09 – Provisões a Longo Prazo

Tabela 14 - Provisões a Longo Prazo

	R\$ milhares		
	31/12/2017	31/12/2016	AH(%)
Provisão Para Indenizações Trabalhistas	27.733.237	6.467.019	328,84
Prov. p/ Pagts De Autuações Fiscais	5.534	5.534	0,00
Provisão Para Indenizações Cíveis	113.754.000	97.032.548	17,23
Total	141.492.772	103.505.101	36,70

Fonte: SIAFI, 2017.

Dos itens que copõem a Provisão a Longo Prazo, o valor mais relevante se refere à constituição de provisão para indenizações trabalhistas, na ordem de 21 milhões, que foi constituída pelo órgão CODEVASF.

Nota 10 – Demais Obrigações a Longo Prazo

Tabela 15 - Demais Obrigações a Longo Prazo

	R\$ milhares		
	31/12/2017	31/12/2016	AH(%)
CIA.DE DES.DOS VALES DO S.FRANC.E DO PARNAIBA	2.397.570.398	4.238.060.138	(43,42)
DEPARTAMENTO NAC.DE OBRAS CONTRA A SECA	4.483	4.483	-
SUPERINTEND. DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA	59.960	0	100,00
Total	2.397.634.840	4.238.064.621	(43,43)

Fonte: SIAFI, 2017.

A grande redução nas Demais Obrigações a Longo Prazo ocorreu devido a transferência de valores da conta deste passivo para a conta de adiantamento para futuro aumento de capital (PL), realizado pela CODEVASF a partir de agosto de 2017, de modo a atender a determinação da Secretaria do Tesouro Nacional, a qual orientou que os recursos recebidos a partir de janeiro de 2017, que foram registrados como Passivos Não Circulantes, deveriam ser reclassificados como Passivo Circulante ou PL.

Nota 11 – Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD) e é evidenciado na Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP.

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência.

O Resultado Patrimonial apurado em dez/2017 foi R\$ 14,9 bilhões, uma redução de 19,36% em relação ao valor de dez/2016, ou seja, uma redução em valores absolutos de R\$ 3,5

bilhões, a qual está demonstrada na tabela abaixo, ao se confrontar Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas.

Tabela 16 - Análise variações das VPA'S e VPD'S

	R\$ milhares		
	31/12/2017	31/12/2016	AH(%)
(+) VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	52.809.616.790	54.750.569.348	(3,55)
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	75.437.369	81.896.164	(7,89)
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	10.575.666.683	9.712.556.960	8,89
Transferências e Delegações Recebidas	40.570.792.199	43.174.454.077	(6,03)
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivo	790.470.408	573.418.146	37,85
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	797.250.128	1.208.244.000	(34,02)
(-) VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	37.819.908.603	36.161.993.132	4,58
Pessoal e Encargos	762.951.748	732.627.018	4,14
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	552.974.299	544.499.267	1,56
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	388.618.828	361.990.928	7,36
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	6.649.999.435	6.296.164.677	5,62
Transferências e Delegações Concedidas	25.189.188.145	24.715.945.020	1,91
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	4.230.085.959	3.342.981.515	26,54
Tributárias	2.201.295	4.349.140	(49,39)
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	43.888.891	163.435.563	(73,15)
(=) RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	14.989.708.186	18.588.576.215	(19,36)

Fonte: SIAFI, 2017.

Da análise das principais Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas que provocaram a redução do resultado patrimonial de dezembro de 2017 em relação a dezembro de 2016, a principal variação foi em relação as transferências financeiras recebidas para pagamento de restos a pagar, que em 2017 foi de R\$ 6,5 bilhões e em 2016 tinha sido de R\$ 10 bilhões, uma redução de R\$ 3,5 bilhões no período em função da redução dos estoques de empenhos inscritos em RP no exercício de 2016 em relação ao inscrito em 2015.

Nota 12 – Ganhos com Incorporação de Ativos

Tabela 17 - Ganhos com Incorporação de Ativos

		R\$ milhares		
		31/12/2017	31/12/2016	AH(%)
22204	DEPARTAMENTO NAC.DE OBRAS CONTRA A SECA	421.000	546.286	(22,93)
22203	CIA.DE DES.DOS VALES DO S.FRANC.E DO PARNAIBA	1.726.991	1.607.530	7,43
533018	SUPERINT. DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE	78.901		
537001	FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAM.DO NORDESTE	426.286.336	57.014.122	647,69
537002	FUNDO CONSTITUCIONAL FINANCIAMENTO NORTE	277.706.164	54.169.398	412,66
537003	FUNDO CONSTITUCIONAL DO CENTRO OESTE	3.345.271	20.233.324	(83,47)
Total		709.564.663	133.570.661	431,22

Fonte: SIAFI, 2017.

Conforme pode ser visualizado na tabela, os Fundos Constitucionais do Norte e Nordeste são os maiores representantes desta rubrica, em 2017 tiveram um aumento respectivamente de R\$ 223 milhões e R\$ 369 milhões referente aos ganhos com incorporações de ativos, que compreenderam as apropriações de financiamentos e empréstimos concedidos por renegociação.

Nota 13 – Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos

Neste item são registrados as variações patrimoniais aumentativas, fruto da apropriação

pelo regime de competência dos juros e encargos incorridos sobre os créditos a receber de financiamentos e empréstimos concedidos dos fundos constitucionais. Conforme pode ser observado na tabela abaixo, o valor total de dez/17 em relação a dez/16 teve um acréscimo de 8,20%, com destaque para os Fundos Constitucionais do Norte, do Centro Oeste e do Nordeste que tiveram um crescimento em valores absolutos respectivamente de R\$ 246 milhões, R\$ 139 milhões e R\$ 685 milhões.

Tabela 18 - Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos

	R\$ milhares		
	31/12/2017	31/12/2016	AH(%)
FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAM.DO NORTE	1.822.580.562	1.575.969.192	15,64
FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINAN.DO CENTRO OESTE	1.939.116.394	1.799.982.891	7,72
FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAM.DO NORDESTE	5.884.158.788	5.198.847.780	13,18
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA	193.567.848	548.657.636	(64,71)
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE	429.519.438	396.891.241	8,22
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE	50.876.594	17.112.048	197,31
Total	10.319.819.624	9.537.460.788	8,20

Fonte: SIAFI, 2017.

Nota 14 – Transferências e Delegações Concedidas

Tabela 19 – Transferências e Delegações Concedidas

	R\$ milhares		
	31/12/2017	31/12/2016	AH(%)
Transferências Intragovernamentais	23.946.826.507	24.377.421.025	(1,77)
Transferências Inter Governamentais	1.197.682.807	334.099.886	258,48
Transferências a Instituições Privadas	723.722	-	100,00
Transferências ao Exterior	23.562	-	100,00
Outras Transferências e Delegações	43.931.546	4.424.110	893
Total	25.189.188.145	24.715.945.021	1,91

Fonte: SIAFI, 2017.

Houve um aumento de 4,58% das Variações Patrimoniais Diminutivas em relação ao ano de 2016, sendo que a maior representatividade encontramos na conta de Transferências e Delegações Concedidas. Conforme a tabela acima, podemos verificar que os maiores impactos ocorreram na rubrica de Transferências Inter Governamentais, por causa das Transferências Voluntárias aos Estados e Municípios, e na rubrica Outras Transferências e Delegações, que se refere, em grande parte, às doações de caminhões/lanchas aos Municípios do Estado do Pará, realizadas pela Secretaria de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional.

Nota 15 – Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras

Tabela 20 – Variações Patrimoniais Diminutivas

	R\$ milhares		
	31/12/2017	31/12/2016	AH(%)
Juros e Encargos de Mora	582.890	241.518	141,34
Variações Monetárias e Cambiais	43.991.379	8.235.351	434,18
Descontos Financeiros Concedidos	1.771	19.893	(91,10)
Outras VPD - Financeiras	6.605.423.396	6.287.667.915	5,05
Variações Patrimoniais Diminutivas	6.649.999.436	6.296.164.678	5,62

Fonte: SIAFI, 2017.

Conforme a tabela acima, ocorreu um acréscimo de cerca de 317 milhões na rubrica de OUTRAS VPD – Financeiras, relativo ao ano de 2016, que se refere às despesas administrativas dos Fundos Constitucionais vinculados ao Ministério, as quais impactaram consideravelmente no resultado das VPD's.

Nota 16 – Resultado Orçamentário

O Balanço Orçamentário busca evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

O Balanço apresentou Déficit, demonstrando uma diferença negativa entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas, sendo observado que na maioria das receitas ocorreu insuficiência de arrecadação diante das previsões realizadas.

Algumas Receitas Correntes e de Capital tiveram excesso de arrecadação e as de variações mais relevantes serão explanadas nesta análise.

A Arrecadação da Receita até o 4º Trimestre de 2017 está representada pela tabela abaixo:

Tabela 21 – Execução Orçamentária da Receita.

	R\$ milhares		
	31/12/2017	31/12/2016	AH(%)
Receitas Correntes	393.824.253	86.404.916	355,79
Receitas de Capital	697.419.528	175.501.868	297,39
Refinanciamento	-	-	-
Total	1.091.243.781	261.906.784	316,65

Fonte: SIAFI, 2017.

Houve um acréscimo de arrecadação em relação à 2016 de 316,65%, com maior variação percentual em Receitas Correntes, mas com valor absoluto mais expressivo em Receitas de Capital.

A composição das Receita Correntes e alguns de seus detalhamentos estão descritos nas tabelas a seguir:

Tabela 22 - Execução Orçamentária das Receitas Correntes.

	R\$ milhares	
	31/12/2017	AV (%)
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	225.133.191	57,17
Receita Agropecuária	86.264	0,02
Receita Industrial	2.143	0,00
Receita de Serviços	62.007.171	15,74
Transferências Correntes	-	-
Outras Receitas Correntes	106.595.484	27,07
Total	393.824.253	100,00

Fonte: SIAFI, 2017.

As receitas Correntes são formadas predominantemente pelas Receitas Patrimoniais, representando 57,17% da arrecadação total e por Outras Receitas Correntes, com 27,07%

do total arrecadado.

Tabela 23 - Execução Orçamentária das Receitas Patrimoniais

	R\$ milhares	
	31/12/2017	AV (%)
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	2.014.091	0,89
Valores Mobiliários	222.895.708	99,01
Delegação de Serviços Públicos	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-
Cessão de Direitos	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	223.392	0,10
Total	225.133.191	100,00

Fonte: SIAFI, 2017.

Os Valores Mobiliários são impactados relevantemente por rendimentos de aplicação de recursos da conta Única, pelo Fundo de Desenvolvimento do Nordeste/FDNE, pelo Fundo de Desenvolvimento da Amazônia/FDA, pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste/SUDENE e pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba/CODEVASF.

A participação da Administração Direta do Ministério nas Receitas Patrimoniais de Valores Mobiliários está representada em sua maioria pela arrecadação de rendimentos de aplicação financeira, relativos à devolução de rendimentos das transferências voluntárias.

O Departamento Nacional de Obras Contra a Seca/DNOCS, com menor influência nas Receitas Patrimoniais, tem por destaque arrecadação de Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado, relativos à Taxas de Uso de Imóveis, Aluguéis e Arrendamentos.

A tabela abaixo demonstra a participação dos Órgãos nas Receitas Patrimoniais.

Tabela 24 - Participação dos Órgãos nas Receitas Patrimoniais

		R\$ milhares	
		31/12/2017	AV (%)
22203	CIA.DE DES.DOS VALES DO S.FRANC.E DO PARNAIBA	5.329.322	2,37
22204	DEPARTAMENTO NAC.DE OBRAS CONTRA AS SECAS	1.895.056	0,84
53000	MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL	5.380.087	2,39
53202	SUPERINTEND. DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA	5.147.071	2,29
53203	SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLV. DO NORDESTE	16.035.097	7,12
74917	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA	82.639.881	36,71
74918	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE	108.706.678	48,29
Total		225.133.191	100,00

Fonte: SIAFI, 2017.

Tabela 25 - Execução Orçamentária de Outras Receitas Correntes.

	R\$ milhares	
	31/12/2017	AV (%)
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	20.698.027	19,42
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	82.821.546	77,70
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-
Demais Receitas Correntes	3.075.911	2,89
Total	106.595.484	100,00

Fonte: SIAFI, 2017.

As receitas de Indenizações, Restituições e Ressarcimentos tem o maior impacto nas Outras Receitas Correntes, com registros mais expressivos na Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba/CODEVASF e na Administração Direta do Ministério, referentes à Restituição ao Tesouro Nacional da devolução de recursos de Transferências Voluntárias.

A composição das Receita de Capital e alguns de seus detalhamentos estão descritos nas tabelas a seguir:

Tabela 26 - Execução Orçamentária das Receitas de Capital.

	R\$ milhares	
	31/12/2017	AV (%)
Operações de Crédito	-	-
Alienação de Bens	19.343.866	2,77
Amortização de Empréstimos	678.075.662	97,23
Transferências de Capital	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-
Refinanciamento	-	-
Total	697.419.528	100,00

Fonte: SIAFI, 2017.

Observada a forte incidência das Receitas de Amortização de Empréstimos, que ocorreram no Fundos de Desenvolvimento da Amazônia/FDA, no Fundo de Desenvolvimento do Nordeste/FDNE e no Fundo de Desenvolvimento do Centro Oeste/FDCO, provenientes das Amortizações de Empréstimos e Financiamentos, bem como das operacionalizações dos Fundos, os quais registram as Remunerações de depósitos bancários, oriundos de aplicações financeiras, receitas advindas de prestação de serviços financeiros, multas e juros de mora destinados à indenização das transações de financiamentos concedidos.

Tabela 27 - Execução Orçamentária das Alienações de Bens.

	R\$ milhares	
	31/12/2017	AV (%)
Alienação de Bens Móveis	501.193	2,59
Alienação de Bens Imóveis	18.842.674	97,41
Total	19.343.866	100,00

Fonte: SIAFI, 2017.

A Alienação de Bens Imóveis predomina nessa despesa de capital e resulta de Alienações de Imóveis Rurais, realizadas pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São

Francisco e do Parnaíba/CODEVASF e pelo Departamento Nacional de Obras Contra a Seca/DNOCS.

A Execução da Despesa até o 4º Trimestre de 2017 está representada pela tabela abaixo:

Tabela 28 - Execução Orçamentária da Despesa.

	R\$ milhares		
	31/12/2017	31/12/2016	AH(%)
Despesas Correntes	1.681.100.262	89.651.160	1775,1
Despesas de Capital	12.450.865.767	-	100,0
Amortização da Dívida/Refinanciamento	-	-	-
Total	14.131.966.029	89.651.160	15.663

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017

As Despesas Correntes variaram positivamente em relação à 2016 em 1.775,16% e as Despesas de Capital tiveram aumento de 100%.

A composição das Despesas Correntes consta do quadro abaixo:

Tabela 29 - Execução Orçamentária das Despesas Correntes.

	R\$ milhares	
	31/12/2017	AV (%)
Pessoal e Encargos Sociais	1.273.387.850	75,75
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Outras Despesas Correntes	407.712.412	24,25
Total	1.681.100.262	100,00

Fonte: SIAFI, 2017.

As Despesas Correntes são influenciadas em sua maioria pelas despesas de Pessoal e Encargos Sociais.

Os Órgãos com maior participação nessas despesas são a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba/CODEVASF, com grande relevância em Encargos Patronais e Benefícios Previdenciários e Assistenciais e o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca/DNOCS, com valor expressivo de Aposentadorias e Pensões.

A composição das Despesas de Capital está descrita no quadro a seguir:

Tabela 30 - Execução Orçamentária das Despesas de Capital.

	R\$ milhares	
	31/12/2017	AV (%)
Investimentos	1.162.279.856	9,33
Inversões Financeiras	11.288.585.911	90,67
Amortização da Dívida	-	-
Total	12.450.865.767	100,00

Fonte: SIAFI, 2017.

As Inversões Financeiras representam 90,67% das Despesas de Capital, representando 11,2 bilhões, cujas ocorrências foram identificadas com maior relevância no Fundo Constitucional do Norte/FNO, no Fundos Constitucional do Centro Oeste/FCO e Fundo Constitucional do Nordeste/FNE. Os registros realizados nesses Fundos apontam para grande volume de recebimento de recursos os quais são repassados aos seus respectivos agentes financeiros (Bancos) visando a realização de financiamentos nas atividades fins dos citados Fundos.

Nota 17 – Resultado Financeiro

O Balanço Financeiro visa possibilitar a avaliação da gestão financeira da entidade.

Pela análise do Balanço constata-se que houve redução no resultado financeiro de 14,59% em relação à 2016, conforme tabela abaixo:

Tabela 31 - Resultado Financeiro

	R\$ milhares		
	31/12/2017	31/12/2016	AH(%)
Receita Orçamentária	1.091.243.781	864.864.130	26,18
Despesa Orçamentária	(20.937.728.391)	(20.301.529.847)	3,13
	(19.846.484.611)	(19.436.665.716)	2,11
Transferências Financeiras Recebidas	39.266.757.315	43.112.748.571	(8,92)
Transferências Financeiras Concedidas	(22.173.550.677)	(24.333.538.690)	(8,88)
	17.093.206.639	18.779.209.881	(8,98)
Recebimentos Extraorçamentários	20.648.462.293	20.486.043.193	0,79
Pagamentos Extraorçamentários	(9.120.862.737)	(9.555.941.456)	(4,55)
	11.527.599.556	10.930.101.738	5,47
Resultado Financeiro do Exercício	8.774.321.584	10.272.645.902	(14,59)

Fonte: SIAFI, 2017.

Observa-se uma variação positiva significativa nas Receitas Orçamentárias, que foram influenciadas especialmente pelas Receitas Correntes de Valores Mobiliário, provenientes de rendimentos de aplicação de recursos da conta única e por Receita de Capital de Amortização de Projetos, conforme explanado na Nota 16 – Resultado Orçamentário. Apesar disso, o volume de realização de despesas diante da arrecadação resultou em Déficit Orçamentário.

As grandes influências no resultado financeiro encontram-se nas Transferências Financeiras, que tiveram variação negativa entre os exercícios, mas que apresentam resultado positivo entre os recebimentos e as concessões, e no Resultado Extra orçamentário, que teve resultado positivo entre os exercícios e entre os recebimentos e pagamentos.

A variação negativa nas Transferências Financeiras foi impactada pela redução nas Transferências Financeiras Recebidas, ocasionada preponderantemente pela diminuição das Transferência Recebidas para Pagamento de Restos a Pagar com maior expressividade na Administração Direta do Ministério e na Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste/SUDECO.

A variação positiva no Resultado Extra orçamentário foi influenciada pela redução nos Pagamentos Extra orçamentários, com maior destaque para a diminuição dos pagamentos de Restos a Pagar Processados, na maioria dos Órgãos, e de Resto a Pagar Não Processados especialmente na Administração Direta do Ministério, na Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste/SUDENE e no Fundo de Desenvolvimento do Nordeste/FNE.

Nota 18 – Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite avaliar como uma entidade pública obteve recursos para financiar suas atividades e com foram usados.

Pela análise do Demonstrativo, houve Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa conforme a tabela seguinte:

Tabela 32 - Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa – Formação.

	R\$ milhares	
	31/12/2017	AV (%)
Atividades Operacionais	21.567.333.418	245,8
Atividades de Investimentos	(12.793.011.834)	(145,80)
Atividades de Financiamento	-	-
Total	8.774.321.584	100,00

Fonte: SIAFI, 2017.

	R\$ milhares	
	31/12/2016	AV (%)
Atividades Operacionais	25.040.948.705	243,76
Atividades de Investimentos	(14.768.302.803)	(143,76)
Atividades de Financiamento	-	-
Total	10.272.645.902	100,00

Fonte: SIAFI, 2016.

A geração líquida de caixa e equivalentes de caixa é igual ao Resultado Financeiro, logo, decorreu em 8,7 bilhões em 2017, menor que 2016, em que houve geração de 10,2 bilhões.

O principal responsável pela geração de fluxo de caixa são as atividades Operacionais. A maior participação de ingresso nesse fluxo é proveniente de Transferências Financeiras recebidas e Demais recebimentos, relativos à Cota/Repasse recebidos e Transferências recebidas para pagamento de Restos a Pagar, com valores mais relevantes referentes aos Fundos Constitucionais FNE/FNO/FCO. Em relação aos desembolsos a maior participação é oriunda de Outros Desembolsos das Operações, referente a Transferências Financeiras Concedidas, em sua maioria representadas pelos Repasses Liberados do Ministério para unidades da Administração Direta e Indireta e Dispêndios Extra orçamentários.

Nota 19 – Ajuste de Exercícios Anteriores

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido visa demonstrar a evolução do patrimônio líquido e fornece a movimentação financeira nas diversas contas que compõem o patrimônio líquido, bem como o saldo inicial e final do exercício.

Os Ajustes de Exercícios Anteriores e o Resultado do Exercício afetaram positivamente e de forma relevante os Resultados Acumulados em 2017.

Os ajustes ocorridos na conta de Capital Social foram na ordem de 2,1 bilhões e decorreram de registro de Aumento de Capital social, na Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba/CODEVASF, conforme definido em Assembleia Geral Extraordinária referentes a AFAC (Adiantamento para Futuro Aumento de Capital) registrado em 2012 e 2013 com atualização da taxa SELIC.

Na conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital foram efetuados ajustes relativos ao exercício de 2017, de transferência de saldos da conta de Passivo Não Circulante para o Patrimônio Líquido, conforme orientação do Tesouro Nacional, em virtude de novos procedimentos relativos à AFAC definidas no Manual SIAFI 02.11.22 – Participação da União no Capital de Empresas.

Na conta de Resultados Acumulados identificou-se que os ajustes que tiveram maior impacto são relativos aos registros automáticos realizados pela Secretaria do Tesouro Nacional de baixa da conta de Adiantamentos de Transferências Voluntária para atender ao Acórdão 1320/2017-TCU, após constatação de que os adiantamentos não poderiam ser reconhecidos como ativos pois não geram expectativa de geração de benefícios futuros e baixa de Créditos a Receber decorrente de Falta/Irregularidade de Comprovação de Tomada de Contas Especial, pois na nova rotina o reconhecimento do ativo somente será efetuado quando da publicação da decisão definitiva do Tribunal de Contas da União. Esses registros foram lançados em todos os Órgão do Ministério que atuam com Transferências Voluntárias e Tomada de Contas Especial.

Nota 20 – Resultado do Exercício

Resultante da confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativa e Diminutivas, o resultado do exercício apresentou redução em 2017, comparado com 2016, tendo como principal variação a redução das transferências financeiras recebidas para pagamento de restos a pagar, na ordem de 3,5 bilhões em função da redução dos estoques de empenhos inscritos em RP no exercício de 2016, em relação aos inscritos em 2015, conforme explicado na Nota 11 – Resultado Patrimonial.

As VPA's também foram influenciadas significativamente pelas Variações Patrimoniais Financeiras, mais especificamente pelos Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos em maior expressividade nos Fundos Constitucionais FNE/FNO/FCO, conforme Nota 13 – Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos

Concedidos.

As VPD's também foram impactadas relevantemente pelas Variações Patrimoniais Financeiras influenciadas pelas despesas administrativas do Fundos Constitucionais FNE/FNO/FCO, conforme Nota 15 – Variações Patrimoniais Diminutivas Financeira.